



Presidente em exercício do TCU, ministro Bruno Dantas detalha ao Podcast do **Correio** a cooperação com a Justiça Eleitoral. Ele ainda destaca a liderança do Brasil em fórum de controle global do meio ambiente

Auditoria em 4,1 mil urnas

» ISABEL DOURADO*
» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Às vésperas das eleições de outubro, o presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, confirmou a segurança e a legitimidade do sistema eletrônico de votação brasileiro. Dantas destacou a contribuição do TCU no aprimoramento da urna eletrônica, particularmente por meio da atuação de auditores federais de controle externo.

Em entrevista ao Podcast do **Correio**, ontem, Dantas explicou algumas ações do Tribunal de Contas da União para assegurar a confiabilidade das urnas. Ele mencionou, por exemplo, o teste de integridade, realizado na véspera da eleição. Servidores do TSE, por meio de uma amostra, verificam se as urnas eletrônicas estarão aptas para serem utilizadas. Em 2018, a Justiça Eleitoral realizou o teste de integridade em 100 urnas. Em 2022, por recomendação do TCU, o teste de integridade será aplicado em 650 equipamentos eletrônicos de votação. “São quase sete vezes mais”, afirmou Dantas.

O TCU também realizará uma força-tarefa em 2 de outubro, em cooperação com o TSE, a fim de garantir a lisura do processo eleitoral. No dia da votação, auditores vão recolher a versão impressa dos boletins de urna — documento onde constarão os votos dos eleitores — de 4.161 urnas, escolhidas aleatoriamente em todas as capitais. Em seguida, as equipes do TCU vão comparar a informação no documento físico com a contabilizada no sistema do TSE. O TCU esclarece que a auditoria não se trata de uma apuração paralela.

Na entrevista aos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, o ministro Bruno Dantas reiterou que o sistema eletrônico é mais confiável que os mecanismos impressos. Lembrou, ainda, que, desde 2021, o tribunal promove um ciclo de auditorias junto ao TSE para assegurar a eficiência das urnas este ano.

“Em outubro do ano passado, quando esse assunto ainda não estava tão quente, a um ano da eleição, o TCU concluiu que o sistema eletrônico de votação é seguro, confiável e é auditável. E mais, os profissionais do TCU concluíram que imprimir o voto aumenta a possibilidade de intervenção humana e aí aumenta o risco de fraude”, afirmou.

“É preciso deixar claro aos brasileiros que a urna eletrônica, ao contrário do que algumas fake news propagam, não é conectada na internet. Cada urna é um dispositivo isolado

Ana Dubeux/CB/D.A Press



Bruno Dantas (E) no Podcast do Correio: auditores do TCU seguem padrões internacionais para verificar a integridade das urnas eletrônicas

» Podcast do Correio

O Podcast do Correio é um programa semanal do **Correio Braziliense** que promove debates sobre a política local e nacional. Ele está disponível no Spotify, no Apple podcast e, em formato de vídeo, no canal do **Correio Braziliense** no YouTube.

do mundo. Ao fim da votação, um pen drive com as informações é levado para a central de totalização. Então, é absolutamente impossível invadir a urna eletrônica. E se alguém invadir a central, basta recuperar o dado da urna eletrônica original. O risco, ainda que remoto, existe quando falamos de tecnologia, mas é próximo de zero”, acrescentou o ministro.

Ainda em relação às eleições deste ano, o presidente em exercício do TCU enfatizou o papel da instituição no monitoramento das contas dos candidatos que atuaram na administração pública. Recentemente, o tribunal encaminhou à Justiça Eleitoral um relatório com a lista de candidatos que, a depender do entendimento da Justiça Eleitoral, possam estar impedidos de tomar posse.

“Entregamos mês passado ao ministro Edson Fachin, que era o presidente do TSE, uma lista com mais de 6.777 nomes, que vai

sendo atualizada diariamente. Não é que os citados sejam inelegíveis, mas essas pessoas tiveram irregularidades nas suas contas. Cabe à Justiça examinar se o motivo que o TCU apresentou para julgar irregulares as contas desses gestores é motivo de inelegibilidade. São inelegíveis as contas julgadas irregulares de gestão por ato doloso de improbidade administrativa. Então, quem faz essa análise é a Justiça Eleitoral”, escreveu Dantas.

Meio ambiente

Além da discussão eleitoral, Bruno Dantas revelou a preocupação do TCU com as medidas ambientais do país. Segundo ele, o Brasil está com a credibilidade prejudicada no cenário internacional. “Infelizmente o Brasil, nos últimos anos, passou a ser malvisto no exterior. Acho que promover e liderar uma auditoria global nas políticas de combate

às mudanças climáticas é uma chance de redenção internacional do nosso país.”

Uma das ações importantes para reverter esse cenário, salientou Dantas, é a participação do Brasil no “Climate Scanner”, iniciativa internacional que se propõe a compilar dados sobre questões ambientais, a partir de informações reunidas pelas instituições de controle. O trabalho consiste em construir uma radiografia do meio ambiente em escala global, sem a interferência dos governos.

O Climate Scanner está sob responsabilidade da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (Intosai), formada por 196 países. Em 7 de novembro, o Brasil assumirá o mandato por três anos da presidência da entidade. “O Brasil, depois de 70 anos, vai assumir a presidência de uma organização internacional importantíssima. Ela existe desde a década de 1950. E vai fazê-lo com uma proposta moderna de cooperação internacional que é um tema absolutamente urgente”, adiantou o presidente em exercício do TCU.

Dantas afirmou que o objetivo é lançar um painel eletrônico sobre mudanças climáticas. “Em 7 de novembro será organizada a assembleia geral da



Cada urna é um dispositivo isolado do mundo. É absolutamente impossível invadir a urna eletrônica. E se alguém invadir a central (de totalização de votos), basta recuperar o dado da urna eletrônica original”

Bruno Dantas

organização no Rio de Janeiro. Nossa ideia já é aprovar um projeto de scanner nas mudanças climáticas. Um painel eletrônico global e vamos lançar já com 50 países para conseguir mostrar para o mundo dentro de 3 eixos: governança, financiamento e políticas públicas de combate ao aquecimento global”, explicou. (*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza).

Dallagnol ataca STF

Condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por supostos pagamentos irregulares de diárias durante a Operação Lava-Jato, o ex-procurador e candidato a deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) partiu para o enfrentamento com outra instituição da República: o Supremo Tribunal Federal.

Em vídeo de campanha, Dallagnol afirma que o STF se tornou uma “casa da mãe Joana”. “Pessoal, essa casa até pouco tempo era conhecida como a Suprema Corte do país, e é uma casa essencial para a democracia. Mas infelizmente ela se tornou a casa da mãe Joana, uma mãe para os corruptos”, afirma o ex-coordenador da força-tarefa.

Dallagnol, contudo, procura modular o ataque ao Supremo. Afirma haver “uma honrosa resistência de parte de seus integrantes” à tolerância com a corrupção. “Por aqui passou a anulação de sentenças, a soltura de corruptos, o fim da segunda instância e muito mais”, protesta Dallagnol, com uma imagem de fundo da mais alta Corte de Justiça do país.

O ex-coordenador da Lava-Jato diz, ainda, sem citar o nome de Luiz Inácio Lula da Silva que houve, no STF, “uma metamorfose de um político que passou de presidente condenado por corrupção para candidato a presidente”. Por fim, Dallagnol afirma que somente um Congresso íntegro, com parlamentares comprometidos com o combate à corrupção, pode por fim a melhorar a escolha para ministros do Supremo.

Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para tornar o ex-senador e pastor bolsonarista Magno Malta (PL-ES) réu por calúnia contra o também ministro do STF Luís Roberto Barroso.

O caso foi levado ao STF pelo próprio Barroso. O ministro entrou com uma queixa-crime depois que foi acusado de violação doméstica pelo pastor.

Para Moraes, que é relator do processo e abriu os votos, Magno Malta teve “vontade livre e consciente de imputar falsamente” um crime a Barroso. O ministro também argumentou que a liberdade de expressão não permite a “destruição da democracia, das instituições e da dignidade e honra alheias”.

Posse de mais 150 auditores

Em outro trecho do Podcast do **Correio**, o ministro Bruno Dantas destacou a importância do serviço público para o futuro do Brasil. Dantas disse que, quando assumir em definitivo a presidência do Tribunal de Contas da União, em 14 de dezembro, pretende inaugurar uma gestão para fortalecer o serviço público.

O plano de valorização inclui o próprio TCU. “Esse ano queremos dar posse ao máximo de auditores que conseguirmos, pois temos uma lacuna de mais de 400 auditores, então 150 não dá pra nada. Quero empossá-los e já abrir outro concurso logo no meu primeiro ano de gestão para trazer essa nova geração com muita força de vontade que nos ajuda a enxergar novos horizontes”, disse.

“O serviço público ajuda o país. A qualidade do serviço público permite que a vida dos cidadãos melhore, porque muitas das coisas que precisamos ser feitas no Brasil são através do serviço público”, argumentou o ministro do TCU.

37 MIL

Número de servidores do Executivo federal que se aposentaram nos últimos três anos, sem reposição, segundo o ministro do TCU, Bruno Dantas

“Seja água, luz, segurança, educação, tudo isso pode ser feito pelo setor privado, mas quem vai oferecer às pessoas de baixa renda, o setor público. Para executar políticas públicas de qualidade é preciso servidores engajados, motivados e bem treinados. Por isso, acho que o concurso público é uma evolução social no Brasil”, acrescentou.

O ministro ressaltou que há uma demanda por novos funcionários que não foi contemplada

pelo Governo Federal nos últimos anos. “O que aconteceu no Brasil foi uma reforma administrativa perversa”, observou. “Foi feita uma “reforma administrativa” mediante o corte de serviços públicos. A idade do serviço público foi avançada, muitos servidores pediram aposentadorias e o governo federal não fez concursos”, relatou. O presidente em exercício do TCU disse que mais de 37 mil servidores do Executivo federal se aposentaram nos últimos três anos.

Uma das alegações mais frequentes sobre a carestia de seleções é a falta de recursos para contratar novos funcionários. No entanto, Bruno Dantas rebateu esse argumento. afirmou que há “dinheiro para muita coisa. Se fosse prioridade, é possível que teria também para concursos”.

Ele ponderou que uma série de aspectos contribuem para a falta de concursos públicos. “O teto de gastos é um fator importante, pois comprimiu a margem de manobra do Governo Federal para a

José Cruz/Agência Brasil



Esplanada dos Ministérios: reforma administrativa é fundamental para melhorar políticas públicas

contratação de novos servidores”, exemplificou o ministro.

Segundo o presidente do TCU, também houve falha no planejamento estratégico no manejo de funcionários para setores

prioritários. “Alguns órgãos precisavam realmente ser enxugados. Sempre criticamos que a máquina pública era inchada, mas o desinchaço deveria ser feito com cautela e inteligência, alocando servidores

de áreas que não precisam de tantos funcionários para áreas prioritárias. O problema é que foi um corte linear, pois muita gente se aposentou de áreas absolutamente indispensáveis”, concluiu. (JGF)